

O Rural e o Urbano no Brasil

Raul Lopes

João Freire Rodrigues

Julho de 2014

WP n.º 2014/02

DOCUMENTO DE TRABALHO

WORKING PAPER





DINAMIA'CET

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE-IUL

O Rural e o Urbano no Brasil

Raul Lopes*

João Freire Rodrigues**

WP n.º 2014/02

DOI: 10.7749/dinamiacet-iul.wp.2014.02

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 3 |
| 2. ESPAÇOS RURAIS E ESPAÇOS URBANOS: DE QUE ESTAMOS A FALAR? | 4 |
| 3. O PROBLEMA DA DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DOS ESPAÇOS RURAIS: CRITÉRIOS METODOLÓGICOS | 8 |
| 4. A METODOLOGIA ADOTADA NA DEFINIÇÃO DA TIPOLOGIA PROPOSTA | 12 |
| 5. A DIVERSIDADE TERRITORIAL BRASILEIRA À LUZ DA TIPOLOGIA PROPOSTA: INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS | 17 |
| O espaço metropolitano..... | 19 |
| Espaço Urbano Central..... | 20 |
| Centros urbanos Regionais..... | 21 |
| Espaços urbano-rurais..... | 21 |
| O rural agrícola..... | 22 |
| O Rural semi-periférico | 23 |
| O rural periférico..... | 23 |
| 6. CONCLUSÃO | 25 |
| 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 27 |

* DINÂMIA'CET-IUL e Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. E-mail: raul.lopes@iscte.pt (Corresponding author).

** Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, Brasil. E-mail: freirerodrigues@uern.br

O Rural e o Urbano no Brasil¹

RESUMO

Tendo como pano de fundo a natureza dos desafios que o processo de globalização coloca à intervenção das autoridades públicas responsáveis pelo desenvolvimento rural, o principal objectivo deste artigo é estabelecer um enquadramento conceptual e metodológico para a definição de uma tipologia de espaços rurais. Recorrendo à *análise factorial* e à *análise de clusters*, operacionaliza-se o quadro conceptual multidimensional de distinção entre rural e urbano entretanto definido, adoptando como unidade geográfica cada um dos 5560 municípios brasileiros.

Tanto a crítica aos critérios oficiais de classificação do urbano e do rural, quanto a proposição de uma tipologia territorial alternativa, estão fundamentadas por uma exaustiva revisão da bibliografia sobre o tema, seja ela brasileira ou internacional.

O resultado (convergente com o de outros autores) revela-se ajustado à realidade empírica e configura um contributo para a definição de uma estratégia de desenvolvimento baseada na diferenciação dos espaços territoriais existentes no Brasil. Trata-se não só de um contributo inovador face à realidade brasileira, como de um contributo com potencial metodológico para ser replicado noutros estudos territoriais.

Keywords: Rural and Urban Spaces; Territorial Typologies; Regional Methodology Analysis; Brazil

JEL Classifications: R14 - Land Use Patterns; R15-Regional Economics Models; B41 - Economic Methodology

¹ Os autores agradecem ao *Referee* pelos elogios e críticas feitas à versão prévia deste texto.

1. INTRODUÇÃO

O objectivo central deste artigo é o de definir o enquadramento conceptual e metodológico de uma tipologia de espaços rurais, procedendo-se à sua operacionalização para o caso do Brasil. São várias as razões que justificam o esforço realizado:

- À medida que se acentua o processo de globalização, os espaços rurais vem-se tornando mais periféricos. Nestas condições torna-se imprescindível alguma forma de intervenção pública que, por um lado, promova as condições de vida da população, e, por outro lado, contrarie a perda de competitividade económica que de um modo geral se vem revelando nos espaços rurais (OCDE, 2014). Neste contexto, o reforço da articulação entre diferentes tipos de espaços urbanos e rurais é fundamental para promover o potencial de crescimento económico, a criação de emprego e a melhoria das condições de vida das populações locais.
- A formulação de políticas públicas é cada vez mais entendida como *place based policies* (OCDE, 2011a) o que significa, nomeadamente, que as políticas devem apoiar-se em diagnósticos que reflectam a realidade das condições em que as pessoas vivem e trabalham, isto é, as políticas públicas devem ser territorialmente adaptadas.
- Acresce, no caso brasileiro, que a delimitação urbano-rural adoptada pelas autoridades oficiais é manifestamente inadequada, seja para efeitos analíticos, seja enquanto suporte das políticas públicas, conforme se demonstra na bibliografia de referência (Veiga, 2003; Wanderley, 2002; Abramovay, 2004, Rodrigues, 2010).

Delimitar e diferenciar os espaços rurais é o primeiro passo necessário à formulação de qualquer estratégia de desenvolvimento rural. Com a presente proposta pretende-se contribuir para o debate tendente à redefinição da classificação de espaços rurais e urbanos existente no Brasil.

Na secção seguinte clarifica-se o entendimento conceptual de “rural” e “urbano”, apreendendo-o a partir da síntese que se fez da bibliografia internacional com origem em disciplinas tão distintas como a economia, a geografia ou a sociologia. Conclui-se que o rural deixou de ser entendido como o reverso do urbano, dando lugar a uma visão paradigmática que enfatiza a especificidade do rural no contexto das dinâmicas territoriais atuais.

À complexidade do entendimento conceptual de rural corresponde a diversidade de critérios mobilizados para a delimitação de espaços rurais em contextos geográficos concretos. Disso se dá conta na secção 3, onde a partir de um levantamento internacional se sintetizam algumas das tipologias de urbano-rural adotadas por instituições oficiais ou por estudos académicos.

Partindo da síntese feita sobre as tipologias analisadas, enuncia-se (secção 4) a metodologia que suporta a tipologia aqui proposta e de seguida aplicada ao Brasil. Ela tem em conta os ensinamentos recolhidos da reflexão bibliográfica efetuada (seja quanto ao entendimento de rural, seja quanto à forma de o identificar), assim como a natureza da informação empírica disponível no Brasil.

Na secção 5 apresenta-se uma tipologia dos 5560 municípios brasileiros, resultante da metodologia aplicada. A tipologia diferencia sete tipos de espaços (três tipos de espaços urbanos, três tipos de espaços rurais e uma categoria intermédia), definidos de acordo com as características rurais ou urbanas percecionadas a partir dos indicadores trabalhados. Na mesma secção, apresenta-se em detalhe cada uma das tipologias e a sua distribuição no território brasileiro.

Na última secção apresentam-se as principais conclusões e a relevância da análise efetuada para o processo de governança territorial das políticas públicas brasileiras.

2. ESPAÇOS RURAIS E ESPAÇOS URBANOS: DE QUE ESTAMOS A FALAR?

A produção do espaço, tal como afirma Henri Lefebvre (1974), resulta dos processos sociais que nele tomam lugar. Neste sentido os conceitos de *rural* e de *urbano* exprimem formas distintas de organização do espaço. A diferenciação urbano-rural remete para diferentes formas de organização social e económica, assim como para diferentes padrões culturais. Wirth (1997), [1938], vai mais longe, e afirma que os conceitos de urbano e rural correspondem a dois modos de vida distintos. Importa pois apreender o que distingue o *rural* do *urbano*.

As características da cidade, tal como apontadas por M. Weber, são fundamentais para a definição de *urbano*. Para este autor, a cidade, do ponto de vista sociológico, seria “um povoado, isto é um assentamento de casas contíguas, as quais representam um conjunto tão extenso que falta o conhecimento mútuo dos seus habitantes”; já do ponto de vista económico, a cidade seria “um povoado cujos habitantes em sua maioria não vivem do produto da agricultura, mas sim da indústria ou do comércio” (Weber, 1991:408-409).

Esta definição não difere muito da enunciada por Georg Simmel (1971), [1903], para quem a cidade, ou mais precisamente a metrópole, se caracteriza por favorecer o desenvolvimento da vida intelectual, a racionalização das relações sociais, bem como pela economia monetária, em contraste com as pequenas localidades e a vida rural.

Uma definição mais elaborada de *urbano* viria a ser formulada por L. Wirth (1997), [1938]. Para este autor, os três elementos que distinguem a cidade são: o número de habitantes, a densidade populacional e a heterogeneidade social. Para Wirth estas características estruturam o

urbanismo, isto é, o modo de vida típico das cidades. Note-se que para este sociólogo da escola de Chicago a influência que a cidade exerce na vida social não se restringe aos limites da grande cidade, estendendo-se às localidades menores que se encontram sob influência da cidade.

E o que dizer do entendimento de rural? Percorrendo à bibliografia internacional rapidamente concluímos que a definição de espaço rural tem sido sempre subsidiária da definição de espaço urbano. Tradicionalmente *rural* define-se basicamente como o que não é *urbano*, ou mesmo em oposição ao *urbano*. Nas abordagens mais recentes o *rural* adquire identidade própria, ainda que na sua definição seja fundamental a ideia de complementaridade e de articulação territorial com os espaços urbanos.

Em síntese, podemos sistematizar as definições conceptuais de rural fornecidas pela bibliografia internacional em duas abordagens paradigmáticas: a abordagem tradicional de rural, visto como sinónimo de espaço agrícola e simétrico do urbano; e a abordagem territorialista de rural, uma abordagem onde o rural adquire identidade própria, economicamente multifuncional e com modalidades de articulação com os espaços urbanos que ditam a sua especificidade.

“Até à II Guerra Mundial, as áreas rurais eram vistas como os espaços que tinham ficado para trás do mundo urbano. Um espaço cuja principal função económica era produzir alimentos, um espaço que do ponto de vista do uso do solo era dominado pela paisagem ‘natural’, e que do ponto de vista cultural carregava o estigma de proporcionar um baixo padrão de vida àqueles que nele viviam, sendo estas pessoas sem um quadro de valores e comportamentos próprios da ‘civilização urbana’” (Ferrão & Lopes, 2004:45).

A abordagem tradicional de rural, sintetizada pela citação anterior, predominou na bibliografia até finais da década de 70 do século passado. Nesta perspetiva, o rural era visto essencialmente como o contrário da definição adotada para urbano.

Na linha de Weber e Wirth o urbano era visto, em síntese, como um espaço de grande densidade populacional, economicamente estruturado pela atividade industrial e com uma dinâmica social marcada pela impessoalidade. Na perspetiva tradicional o rural é entendido como o oposto de urbano, isto é, como espaço de baixa densidade populacional, hegemonizado pela atividade agrícola e com um elevado interconhecimento dos seus habitantes.

Uma outra maneira de apreender o rural é a partir da definição proposta pelo geógrafo e sociólogo francês Bernard Kayser (1990:13) para quem o conceito de rural se operacionaliza com base nas seguintes quatro dimensões:

- a. uma densidade relativamente baixa de habitantes e de construções, com o coberto vegetal como paisagem preponderante;
- b. um uso económico de dominância agro-silvo-pastoril;

- c. um modo de vida dos seus habitantes caracterizado pela sua pertença a coletividades de tamanho limitado e por uma relação particular com o espaço;
- d. uma identidade e uma representação específica, fortemente conotadas com a cultura camponesa.

Em síntese, nesta abordagem a identidade do rural resulta sobretudo do remanescente da identidade urbana, tendo como aspeto mais marcante a associação de rural a espaço agrícola, seja na sua expressão produtiva seja na sua repercussão sociocultural, (veja-se, por exemplo: Rimbaud, 1969; Williams, 1973).

Trata-se, na apreciação de Cloke (2007), de uma abordagem que remonta ao sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1989), [1887], e que marcou a emergência da Sociologia Rural na primeira metade do século XX, estando presente ainda em muitos dos estudos do final do século passado, (Lowe & Bodiguel, 1990, por exemplo).

A abordagem territorialista. A partir da década de 1970, os processos de reestruturação da economia e da sociedade fizeram com que a abordagem clássica do rural como espaço agrícola fosse questionada. Viver na aldeia deixou de ser sinónimo de trabalhar no campo.

Nas últimas décadas do século passado (sobretudo no contexto europeu) a agricultura perdeu muita da importância económica e social que detinha nos espaços rurais. Por um lado, o processo de modernização da atividade agrícola traduziu-se na diminuição das necessidades de mão-de-obra para o cultivo dos campos. Por outro lado, a articulação territorial dos espaços rurais com o processo de industrialização fez com que emergissem nos espaços rurais novas atividades de carácter não agrícola. Neste contexto o *rural* começa a ser entendido como espaço multifuncional, onde a atividade agrícola dá lugar à multiactividade económica.

Este processo de transformação do “mundo rural” seria um dos temas dominantes na produção bibliográfica de economistas, geógrafos e sociólogos nas décadas de 1980 e 1990. Por exemplo: Aydalot (1980); Mathieu (1985); Mathieu & Jollivet (1989); Kayser (1990); Marsden *et al* (1993); Jollivet (1997); Kayser (2000).

A mudança de abordagem não se resume à perspectiva económica. A modernização das infra-estruturas e equipamentos de suporte às condições de vida exprime-se numa dinâmica social de urbanização do campo. Por outro lado o processo de modernização da agricultura levou aos espaços rurais produtos e serviços antes considerados tipicamente urbanos. Como ilustração recorde-se que na Europa central e mediterrânica foi nesta altura que ocorreu a difusão da energia eléctrica às habitações dos espaços rurais. Tal circunstância teve um profundo efeito sobre os modos de vida das populações rurais, com a generalização do uso do frigorífico ou da TV, por exemplo. Este processo de modernização dos espaços rurais foi mesmo conceptualizado como a *urbanização do campo* (Rimbaud, 1969; Kayser, 1990).

Na perspectiva da abordagem territorialista a relação entre rural e urbano deixa de ser vista de forma dicotómica, passando a ser conceptualizada como duas realidades que se complementam, ao mesmo tempo que estruturam um dado território. Daí que as modalidades de articulação entre espaços urbanos e rurais passe a merecer uma atenção central.

Com efeito, na perspectiva territorialista o rural é entendido não apenas como espaço complementar, mas também como espaço interdependente com o espaço urbano. Na dimensão económica esta abordagem dissocia rural de agrícola, passando a enfatizar a multifuncionalidade económica das aldeias e a interdependência funcional com outros espaços territoriais, daí decorrendo as suas especificidades económicas e sociais.

Em consequência, a abordagem territorialista exprime-se num enfoque multidimensional, de natureza interdisciplinar. Agora os aspetos culturais e simbólicos da identidade rural conjugam-se com as preocupações ecológicas e com uma visão “abrangente e sistémica das componentes ambiental, social, económica e institucional do mundo rural” (Ferrão & Lopes, 2004:49).

Como Ferrão & Lopes, (2004:52) sublinham, apesar da diversidade disciplinar das abordagens das últimas décadas, os estudos rurais recentes têm quatro características em comum: “eles não estão amarrados a uma visão de rural como sendo equivalente à agricultura; eles tentam superar a dicotomia rural-urbano; eles enfatizam a diversidade de espaços rurais e de trajetórias de desenvolvimento rural; e procuram estabelecer um quadro teórico e conceptual de referência que torne possível a adoção de uma abordagem territorial integrada.”

Em síntese, a abordagem territorialista, que surge nos anos 80 e se consolida nas décadas seguintes, opera uma ruptura paradigmática quanto ao entendimento de rural. Esta ruptura viria a influenciar tanto o pensamento ao nível das políticas de desenvolvimento rural, como as metodologias de delimitação geográfica dos espaços rurais e urbanos adotadas nas duas últimas décadas. Por exemplo: OCDE (1993); OCDE (1994); Winter (1996); Mathieu (1998); Ferrão & Lopes (2003); Labrianidis (2004); OCDE (2008); Cloke (2007); Marsden (2007); Carmo, (2009); OCDE (2010); OECD (2011b); OCDE (2014).

3. O PROBLEMA DA DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DOS ESPAÇOS RURAIS: CRITÉRIOS METODOLÓGICOS

Naturalmente, as definições teóricas informam as opções metodológicas tendentes a classificar e delimitar os espaços enquanto rurais ou urbanos. Com efeito as tipologias espaciais dependem sempre dos critérios em que se baseiam, sendo o resultado da sua operacionalização também influenciado pela escala geográfica de análise adotada.

A bibliografia académica fornece abundantes exemplos de exercícios metodológicos cuja finalidade é definir uma tipologia de espaços rurais. A título de exemplo, veja-se: Champion et al (1996); Lopes (1998); Ferrão et al. (2000); Ferrão & Lopes (2003); Rodrigues (2010).

Paralelamente, a generalidade das entidades responsáveis pelo sistema estatístico dos respetivos países (tanto na Europa como na América) adotaram nas últimas duas décadas tipologias específicas de classificação dos espaços rurais e urbanos para fins estatísticos ou de intervenção política. Neste particular merece destaque o empenho revelado pela OCDE em definir uma classificação de espaços urbano-rural que torne comparáveis os estudos territoriais envolvendo realidades nacionais distintas.

Inicialmente (OCDE, 1993) a metodologia de classificação usada pela OCDE era bastante complexa. Definiam-se três tipos de espaços: áreas rurais remotas; áreas economicamente integradas e áreas rurais intermédias. Estes espaços rurais eram definidos em função de critérios demográficos (densidade populacional e variação da população) mas também de critérios que exprimiam o grau de modernização da estrutura produtiva e a proximidade aos centros urbanos (por exemplo: diversificação da estrutura económica, condições de vida, integração nacional e internacional da economia, acessibilidade aos centros urbanos,...). Esta classificação da OCDE tem vindo a ser simplificada ao longo dos anos por forma a permitir a sua operacionalização (numa base comparável) a todos os países membros. Em consequência, a classificação de rural atualmente adotada por esta organização (veja-se OCDE, 2010) baseia-se nos seguintes critérios e procedimentos metodológicos.

- Para definir “rural” a OCDE articula duas escalas: o local e o regional. A escala local é utilizada para diferenciar as áreas rurais das áreas urbanas, usando como critério a densidade populacional. São classificadas de rural as áreas com menos de 150 hab./Km², sendo as restantes consideradas áreas urbanas.

- A partir da classificação anterior a OCDE recorre à escala regional para definir três tipos de espaços: “regiões predominantemente rurais” (se mais de 50% da sua população vive em comunidades rurais); “regiões predominantemente urbanas” (se menos de 15% da sua população vive em comunidades rurais), e “regiões intermédias” (se a proporção da população a viver em comunidades rurais for entre 15% e 50%).
- Adicionalmente, a OCDE considera na sua classificação a dimensão dos centros urbanos. Assim, uma região definida à luz do critério anterior como “predominantemente rural” é reclassificada como “intermédia” se na região houver um centro urbano com pelo menos 200 mil habitantes. Uma região que tenha sido classificada como “intermédia” passa a “predominantemente urbana” se dispuser de um centro urbano com pelo menos 500 mil habitantes.

Muito recentemente a OCDE (2012) veio estabelecer uma classificação dos espaços urbanos que é complementar da tipologia rural anterior. Aliás, o objetivo das duas tipologias é convergente: adotar uma metodologia internacional que permita estudos comparativos da performance regional em países diferentes e servir de suporte territorial às políticas de desenvolvimento.

Neste estudo, o *urbano* tem como referência de partida as áreas metropolitanas, sendo a região urbana entendida como um sistema formado pelo *urban-core*, densamente povoado, e o seu *hinterland*, cujo mercado de trabalho se encontra altamente integrado com o *core* (OCDE, 2012: 21). Ou seja, as regiões urbanas são aqui definidas como regiões económicas funcionais que resultam da estrutura do território e das articulações estabelecidas entre os espaços altamente urbanizados e os espaços rurais do seu *hinterland* (isto é, os municípios não urbanos onde pelo menos 15% da população ativa se desloca pendularmente para o *urban-core*). A tipologia adotada diferencia quatro tipos de espaços urbanos, tendo por base a dimensão populacional: “grandes áreas metropolitanas” (mais de 1.5 milhões de habitantes); “áreas metropolitanas” (de 500 mil a 1.5 milhões de pessoas); “áreas urbanas de média dimensão” (entre 200 e 500 mil habitantes); “pequenas áreas urbanas” (menos de 200 mil pessoas).

Como facilmente se entende, esta classificação é complementar da tipologia rural anterior, mas não garante que haja justaposição entre as duas. É possível que um dado espaço classificado como rural pela metodologia anterior seja agora integrado no *hinterland* de uma destas categorias urbanas... retirando visibilidade à realidade económica, social e territorial do “mundo rural”.

A classificação da OCDE tem vindo a influenciar a classificação adotada pelas entidades nacionais de diversos países. Não obstante, como se ilustra na Tabela 1, é muito diversificada a forma como os critérios de delimitação se conjugam no momento de operacionalizar uma tipologia espacial em contexto concreto.

Por exemplo, no Chile as autoridades oficiais estabeleceram um patamar de 2.000 habitantes para classificar uma localidade como urbana, sendo consideradas urbanas também as que tenham entre 1.000 e 2.000 habitantes desde que mais de 50% da sua população economicamente ativa trabalhe em atividades secundárias e terciárias (INE-Chile, 2004). Já a OCDE (como antes se explicitou) prescinde de considerar a estrutura produtiva, mas recorre à conjugação da densidade populacional com a existência de centros urbanos com mais de 200 mil habitantes para definir os espaços urbano-rurais. Por outro lado, há países que consideram critérios administrativos na classificação dos espaços. É o caso do Brasil, onde se considera urbana uma localidade que desempenhe funções de sede administrativa, independentemente da sua expressão demográfica (Rodrigues, 2010: p78). Nos EUA considera-se a densidade populacional, mas sobretudo valoriza-se o padrão de povoamento e a relação de contiguidade geográfica. Embora operacionalizados de modo distinto, os critérios americanos são similares aos adotados em Portugal, que aliás reproduz os critérios mais frequentes nos países europeus. Trata-se de uma metodologia complexa que começa por identificar as Freguesias urbanas a partir da observância de 3 tipos de critérios (vd Tabela 1), classificando como rurais os espaços que não respeitam nenhum dos critérios anteriores. Já a União Europeia utiliza uma tipologia específica para fins de intervenção política, tipologia que tem por base a NUTS (Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, que resulta da agregação de municípios) e que metodologicamente recorre ao simples critério do valor do PIB *per capita* da região-NUTS.

Tabela 1: Tipologias urbano-rurais e respetivos critérios metodológicos

| Tipologia | Dimensão Demográfica | Dimensão Desenvolvimento | Dimensão Territorial |
|---|--|--|---|
| TIPOLOGIAS INSTITUCIONAIS | | | |
| OCDE (2010): <ul style="list-style-type: none"> • Regiões predominantemente rurais • Regiões Intermédias • Regiões predominantemente urbanas | Densidade populacional (<>150 hab/km ²) | | Padrão de povoamento: % população vivendo em comunidade rural Existência de centro urbano com mais de 200 (500) mil habitantes |
| EUA (USDA-2006): <ul style="list-style-type: none"> • Áreas rurais • <i>Clusters</i> Urbanos • Áreas urbanizadas • Áreas metropolitanas | Densidade populacional | | Padrão de povoamento: dimensão do aglomerado (2.500; 10.000; 50.000) <i>Continuum</i> rural-urbano |
| Chile (INE-2004): <ul style="list-style-type: none"> • Espaço rural: aldeia, caserio, assentamento mineiro, estância turística, comunidade indígena • <i>Pueblos</i> • Cidades | | % emprego secundário ou terciário (<>50%) | Padrão de povoamento: dimensão do aglomerado (1.000; 2.000; 5.000) |
| Portugal (INE-TIPAU 2009): <ul style="list-style-type: none"> • Áreas predominantemente urbanas • Áreas medianamente urbanas • Áreas predominantemente rurais | Densidade populacional (100<>500 hab/km ²) | Delimitação urbanística do uso do solo, cf. PMOT | Padrão de povoamento: dimensão do aglomerado (2.000; 5.000) |
| TIPOLOGIAS ACADÉMICAS | | | |
| Champion et al (1996): <ul style="list-style-type: none"> • Regiões centrais • Regiões peri-centrais • Regiões intermédias • Regiões periféricas | Densidade populacional | Estrutura económica <i>PIB per capita</i> | Acessibilidade urbana |
| Lopes (1998): <ul style="list-style-type: none"> • Espaços centrais <ol style="list-style-type: none"> 1. Pólo metropolitano 2. Anel metropolitano central • Espaços Semi-Periféricos <ol style="list-style-type: none"> 3. Anel metropolitano periférico 4. Centro semi-periférico • Espaços periféricos ou Semi-marginal <ol style="list-style-type: none"> 5. Constelação local 6. Periférico integrado • Espaços marginais <ol style="list-style-type: none"> 7. Desintegrado 8. Espaço periférico | Estrutura Urbana (dimensão populacional) | | Centralidade urbana Integração Territorial (Mercado Regional de Trabalho) Natureza da Integração (atrativa/repulsiva) |
| Ferrão & Lopes (2003): <ul style="list-style-type: none"> • Espaços rurais marginais • Espaços rurais de proximidade urbana • Espaços urbano-rurais ou de urbanização difusa • Espaços rurais de tipo central | Densidade populacional Variação da população | Estrutura económica Qualificação dos Recursos Humanos | Migrações pendulares Acessibilidade urbana Internacionalização económica |

Fonte: Elaboração dos autores, a partir da síntese bibliográfica efetuada

Das múltiplas tipologias definidas para fins de investigação académica, selecionaram-se três (Champion, 1996; Lopes, 1998; Ferrão & Lopes, 2003). Elas servem o propósito de ilustrar que as tipologias analíticas não deixam de considerar a densidade populacional como critério relevante de classificação espacial. Porém, normalmente são mais complexas do que as tipologias institucionais, seja pela relevância que concedem aos aspectos socioeconómicos (estrutura produtiva, condições de vida...) seja pela atenção que concedem à dimensão territorial. Nesta dimensão as tipologias académicas não se limitam a considerar o padrão de povoamento, procuram apreender as dinâmicas de articulação espacial em conformidade com o grau de centralidade urbana dos espaços rurais.

Em síntese, da análise das opções metodológico-conceituais subjacentes às tipologias evidenciadas pela bibliografia internacional, é possível concluir que a definição operacional dos espaços rurais se baseia tendencialmente em três dimensões metodológicas:

- i. A dimensão demográfica. A população residente constitui invariavelmente uma variável-chave de delimitação, quer se considere a sua grandeza absoluta, a dinâmica demográfica ou a densidade populacional.
- ii. A dimensão desenvolvimento. Consideram-se aqui outras variáveis não demográficas, especialmente variáveis económicas e variáveis que captam diferentes níveis de desenvolvimento socioeconómico. A estrutura económica e especialmente a importância da atividade agrícola é um critério recorrente.
- iii. A dimensão territorial. Seja através da consideração na análise da escala local e da escala regional, bem assim da articulação entre estas duas escalas geográficas, seja a consideração da acessibilidade a centros urbanos de maior dimensão, ou do grau de integração da economia local na economia nacional e internacional.

4. A METODOLOGIA ADOTADA NA DEFINIÇÃO DA TIPOLOGIA PROPOSTA

O debate tradicional sobre o rural brasileiro está centrado em dois aspetos: o seu *tamanho* e a sua *natureza*. Quando se fala em *tamanho* do rural está-se a referir ao peso da população a viver em espaço rural. Ao passo que quando se fala em *natureza* do rural, fala-se de um conjunto de características sociais e económicas dos espaços rurais e dos seus habitantes.

Estas são portanto duas formas de perceber o rural e o urbano no Brasil, sendo certo que para apreendermos a natureza do rural, precisamos primeiro de nos entender quanto ao que é e ao que não é atualmente espaço rural/urbano no Brasil. É nesta perspetiva que se inscreve o nosso contributo: formular uma tipologia que permita identificar a expressão do rural no Brasil.

Atualmente, no Brasil a quantificação oficial do “rural” decorre exclusivamente de critérios administrativos. O Decreto-lei Nº311, de 02 de Março de 1938, que tem a finalidade de organizar a nomenclatura dos municípios brasileiros, estabelece que as localidades sede dos municípios recebem o estatuto de *cidade*. O mesmo Decreto estabelece que os municípios podem ser subdivididos em distritos, e as sedes distritais passam a ter a categoria de *vila*. Assim tanto as cidades como as vilas são consideradas urbanas, independentemente de critérios populacionais ou económicos. Tudo o que o diploma legal estabelece é que as cidades têm de possuir pelo menos duzentas moradias, enquanto as vilas não podem ter menos de trinta.

Um dos maiores críticos desta definição de rural e urbano, José Eli da Veiga (2003), defende que não deveriam ser considerados urbanos os habitantes das pequenas cidades e vilas, o que reduziria consideravelmente a percentagem da população brasileira considerada urbana. Para este autor boa parte da população considerada urbana vive em localidades sem uma infraestrutura de serviços e de equipamentos coletivos que justifiquem o estatuto de cidade. De acordo com Veiga, secundado por Faria (1991), somente deveria ser considerada urbana a população dos municípios que tivessem pelo menos 20 mil habitantes na sede. A simples consideração deste critério reduziria a percentagem da população urbana brasileira de 81% (valor que deriva do critério oficial, cf, Censo 2000) para 68%. Os dados do Censo 2010 elevam para 84% a população urbana, que cresceu 17% no período inter-censitário (<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8&uf=00>).

O critério dimensão demográfica, por si só, também não é suficiente. De facto, uma parte dos municípios acima dos 20 mil habitantes, também está inserida em contextos regionais que por outros critérios como a baixa densidade, baixos níveis de industrialização e de acesso a serviços seriam considerados essencialmente rurais.

Compreende-se assim que o rural e o urbano não devem ser analisados a partir do seu *tamanho*, embora o número de habitantes seja uma componente importante para a sua compreensão. É preciso analisar outros aspetos que constituem a *natureza* do rural. Neste sentido o trabalho de investigação levado a cabo pela socióloga Maria de Nazareth Wanderley constitui um importante contributo para entender a “trama social e espacial” de uma localidade. Para Wanderley (2003), no Brasil, o rural se distingue do urbano em dois aspetos fundamentais: i) é um espaço fortemente marcado pela agricultura, sobretudo pela agricultura familiar; ii) é também um espaço marcado pela precariedade no acesso aos serviços e bens de consumo

coletivo. De acordo com a autora a precariedade que caracteriza o rural brasileiro, está presente também na pequena cidade, que por isso deveria ser considerada parte integrante do rural.

A metodologia de classificação aqui proposta procura superar as limitações apontadas à forma como vem sendo identificado o “rural” no Brasil. Para tal apoia-se nos ensinamentos retidos da leitura da bibliografia internacional, expressos nas secções anteriores. Em síntese, a metodologia por nós adotada consistiu:

- i. Na utilização do conjunto do município como unidade de análise, em detrimento de áreas menores delimitadas por critérios meramente administrativo-políticos, como acontece atualmente no Brasil. Seguimos neste particular o procedimento que a OCDE utiliza com mais frequência quando aplica a sua metodologia aos diferentes Estados-membro. Aliás, no Brasil o município é a unidade espacial mais pequena onde se conjugam a existência de informação estatística, alguma consistência funcional do sistema territorial, e um espaço objeto de ação política. Como referência, pese embora a grande diversidade existente, no Brasil o município dispõe (em 2010) de um número médio de 34 mil habitantes (valor equivalente ao que se regista em Portugal, que é sabido ser muito superior ao observado na generalidade dos países europeus).

- ii. Na utilização de um conjunto diversificado de indicadores oficiais através dos quais se procura diferenciar os espaços em função de três dimensões: estrutura demográfica, nível de desenvolvimento e dinâmica territorial. Na Tabela 2 indicam-se os 19 indicadores utilizados na análise, sendo os dados sobre a População referentes ao ano de 2000 (IBGE, 2000) e os dados sobre o PIB do ano de 2005 (IBGE, 2005). Naturalmente os indicadores utilizados exprimem-se em escalas distintas, porque a diferenciação em termos de escala é relevante. Com o recurso a números absolutos (número de habitantes, valor acrescentado, impostos cobrados) pretendeu-se introduzir na análise o vector dimensão: dimensão demográfica e sobretudo dimensão económica. Já as variáveis expressas em percentagem exprimem a estrutura económica de cada município. Dimensão económica e estrutura económica são duas das *proxies* que revelam graus de desenvolvimento diferenciado, um dos objectivos da pesquisa. Seja quanto à estrutura económica seja quanto às migrações pendulares, optou-se por usar simultaneamente variáveis absolutas e relativas, pois só conjuntamente consideradas estas variáveis tem significância analítica (como é por demais evidente no caso das migrações pendulares).

Tabela 2: Dimensões analíticas e indicadores utilizados

| |
|---|
| <p>Estrutura Demográfica:</p> <p>(1) População (número de habitantes)</p> <p>(2) Densidade (quantidade de habitantes por quilómetro quadrado)</p> |
| <p>Nível de Desenvolvimento:</p> <p>(3) Produto Interno Bruto (em mil BRL)</p> <p>(4) PIB per capita (em BRL)</p> <p>(5) Valor adicionado da agro-pecuária (em mil BRL)</p> <p>(6) Valor adicionado da indústria</p> <p>(7) Valor adicionado dos serviços</p> <p>(8) Valor adicionado da administração pública</p> <p>(9) Taxa de actividade (% da população ocupada)</p> <p>(10) Ocupações na agro-pecuária (% pessoas ocupadas)</p> <p>(11) Ocupações na indústria (% pessoas ocupadas)</p> <p>(12) Ocupações nos serviços (% pessoas ocupadas)</p> <p>(13) Ocupações no sector público (% pessoas ocupadas)</p> <p>(14) Impostos (em mil BRL)</p> <p>(15) Produtividade industrial (PIB/pessoas ocupadas)</p> <p>(16) Produtividade global (agregado da economia)</p> |
| <p>Dinâmica Territorial:</p> <p>(17) Migrações pendulares (número de pessoas que se deslocam para um município diferente do da residência)</p> <p>(18) Peso relativo das migrações pendulares (% da população residente que se desloca)</p> <p>(19) Polarização exercida pelos centros urbanos (saldo das migrações pendulares)</p> |

iii. Aos 19 indicadores indicados na Tabela 2 aplicou-se o método de *análise factorial* (vulgarmente conhecido como *análise de componentes principais*). Este procedimento resultou na extracção de 5 *factores*, ou *componentes*, cujo alcance explicativo total é de aproximadamente 80% da variância inicial. Como é sabido, uma das grandes vantagens deste método é a de nos permitir trabalhar com variáveis transformadas que são independentes entre si eliminando eventuais redundâncias e autocorrelações das variáveis originais (cada componente corresponde a um vector centrado em zero). Deste modo, sem perda relevante de informação, é possível analisar as diferenciações entre municípios, dissociando-as das relações entre as variáveis utilizadas. A análise de correlações entre os indicadores e as componentes extraídas, levou-nos a optar por reter apenas 4 componentes (com uma capacidade explicativa de 70%) na medida em que estas componentes traduzem bem os aspectos que queremos reter na definição da tipologia espacial, em obediência à síntese bibliográfica feita. A 1ª componente, com 22% de variância explicada, exprime sobretudo as diferenciações em termos de *estrutura económica* (aferida pelo *Valor Acrescentado* dos ramos de actividade considerados e pela importância relativa do respectivo emprego). A 2ª componente, explica 17% da variância, e exprime essencialmente a *eficiência da estrutura produtiva* (produtividade global e industrial, PIB *per capita*). A 3ª componente (também com 17% de variância explicada) reflecte a *dimensão socioeconómica*, traduzida na dimensão e

densidade populacional, assim como na dimensão económica, expressa na magnitude dos impostos e do PIB. A 4ª componente sintetiza a *dinâmica territorial* (responsável por 14% da variância) estando fortemente associada à expressão das deslocações pendulares, e às zonas de elevada densidade populacional, denunciando o contexto metropolitano em que normalmente aquelas deslocações são mais intensas. Em síntese as 4 componentes obtidas vão de encontro aos critérios adotados na bibliografia internacional, captando quer as especificidades estruturais (em termos económicos e demográficos) quer as dinâmicas de articulação territorial e de competitividade dos espaços em análise.

- iv. A partir dos *scores* das 4 componentes antes identificadas calculou-se um único índice, correspondendo à média dos scores de cada componente, ponderados pela respectiva variância explicada. A aplicação da *análise de clusters, hierarchical clusters*,² à *aquele índice* permitiu-nos classificar cada um dos municípios brasileiros numa das categorias da tipologia apresentada na Tabela 3.

Tabela 3: Tipologia de espaços urbano-rurais proposta e respectiva importância no Brasil

| Tipologia | Nº municípios (%) | População (%) | PIB (%) | Emprego (%) | Superfície (%) |
|--------------------------------|-------------------|---------------|---------|-------------|----------------|
| ESPAÇOS URBANOS | | | | | |
| • Espaço metropolitano | 110 (2%) | 33,2 | 51,7 | 35,4 | 0,7 |
| • Espaço urbano central | 269 (5%) | 15,9 | 19,2 | 16,7 | 1,6 |
| ESPAÇOS INTERMÉDIOS | | | | | |
| • Centro Urbano Regional | 535 (10%) | 16,6 | 13,2 | 16,6 | 10,1 |
| • Espaço urbano-rural | 1042 (19%) | 11,8 | 7,2 | 11,4 | 19,9 |
| ESPAÇOS RURAIS | | | | | |
| • Espaço rural-agrícola | 1347 (24%) | 7,2 | 3,9 | 6,9 | 20,7 |
| • Espaço rural semi-periférico | 887 (16%) | 6,2 | 1,6 | 5,1 | 23,0 |
| • Espaço rural periférico | 1331 (24%) | 9,2 | 2,6 | 7,9 | 24,0 |
| TOTAL | 5.560 | 100% | 100% | 100% | 100% |

Fonte: Elaboração dos autores com base em IBGE (2000 e 2005).

² Também foi ensaiada a utilização do método *K-means* (com 10 clusters) assim como o método *hierarchical clusters* (com 5 a 10 clusters), aplicados tanto aos 19 indicadores iniciais como aos *scores* das componentes extraídas na análise de componentes principais. Os resultados obtidos por estas várias vias são globalmente consistentes, tendo-nos servido para testar a robustez da solução encontrada.

5. A DIVERSIDADE TERRITORIAL BRASILEIRA À LUZ DA TIPOLOGIA PROPOSTA: INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme se pode observar na Tabela 3, a metodologia adoptada resultou numa distribuição “expectável” do número de municípios em cada uma das sete categorias da tipologia proposta.

Os resultados obtidos apresentam um elevado grau de coerência com estudos anteriormente realizados por investigadores brasileiros como Veiga (2003) que, adoptando uma metodologia diferente, conclui que a população brasileira a viver em espaços indiscutivelmente urbanos, corresponde aproximadamente a 63% e não aos 81% apontados pelo Censo. Os resultados da tipologia por nós definida estão muito próximos dos avançados por Veiga: considerando-se indiscutivelmente urbanas as três primeiras categorias (metropolitano, urbano central e centros urbanos regionais), apura-se para a população urbana a partir da nossa tipologia o valor de 66%.

Relativamente à população rural, os nossos resultados também são convergentes com os de Veiga, e divergentes dos oficiais. Veiga aponta para uma expressão do rural equivalente a 37% da população brasileira, diferentemente dos dados oficiais que apresentam apenas 18%. De acordo com os resultados que obtivemos, a população rural seria no mínimo 23%, ou mesmo 34% se nesta categoria incluirmos a totalidade dos espaços urbano-rurais. O que significa dizer que nos dados oficiais a população urbana está sobre-representada devido aos critérios puramente administrativos de distinção do rural e do urbano no Brasil. É possível aceder a informação complementar de caracterização socioeconómica do Brasil no site oficial do IBGE, nomeadamente neste *hiperlink* interactivo: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>

A Tabela 4 serve-nos de suporte à apresentação dos resultados obtidos tendo por referência os indicadores utilizados na operacionalização da tipologia. A partir desta tabela facilmente se conclui que a tipologia proposta apresenta uma clara hierarquização, quer demográfica, quer económica, diferenciando os vários tipos de espaços em correspondência com o maior potencial económico que é expectável encontrar nos espaços em função do seu grau de urbanização. Com efeito:

- Enquanto os espaços rurais apresentam uma dimensão populacional média próxima dos 12 mil residentes, os espaços intermédios materializam-se em aglomerados com cerca de 18 a 40 mil habitantes, e os espaços urbanos concentram duas a cinco centenas de milhar de pessoas. O indicador “densidade populacional” exprime de forma clara esta diferenciação entre espaços-tipo.

- A hierarquia demográfica anterior está, como seria de esperar, altamente correlacionada com a “massa económica” dos municípios, seja ela aferida pelo valor do “PIB”, da magnitude dos impostos gerados pela economia local, ou mesmo do “PIB *per capita*”.

Tabela 4: Valores médios dos indicadores por tipologia

| Variáveis | Tipologias | | | | | | |
|---------------------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------------------|----------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|
| | Espaço Metropolitano | Espaço Urbano Central | Centro Urbano Regional | Espaço Urbano- Rural | Espaço Rural Agrícola | Espaço Rural Semi- periférico | Espaço Rural Periférico |
| População | 517026 | 200180 | 39382 | 17811 | 12183 | 12694 | 11820 |
| Densidade | 2358 | 357 | 96 | 38 | 38 | 29 | 23 |
| PIB (mil R, 2000) | 522543 | 785608 | 244927 | 73377 | 36184 | 23542 | 17841 |
| PIB <i>per capita</i> (R) | 21738 | 10320 | 6905 | 5159 | 3822 | 2385 | 1532 |
| PIB agrícola | 0,7% | 4,0% | 14,5% | 30,0 | 36,8% | 31,9% | 19,4% |
| PIB indústria | 50,6% | 50,4% | 36,8% | 21,5% | 14,8% | 11,2% | 9,3% |
| PIB serviços | 28,0% | 26,7% | 29,3% | 27,0% | 22,3% | 20,6% | 17,7% |
| PIB serv. público | 11,7% | 11,9% | 15,5% | 18,9% | 23,3% | 35,1% | 41,7% |
| Taxa de actividade | 47,5% | 48,4% | 47,5% | 46,4% | 44,4% | 41,2% | 37,8% |
| Emprego agrícola | 5,2% | 9,4% | 19,1% | 35,2% | 47,6% | 49,2% | 58,2% |
| Emprego indústria | 33,8% | 38,9% | 32,4% | 26,8% | 21,1% | 11,5% | 8,9% |
| Emprego serviços | 46,8% | 40,9% | 39,6% | 32,3% | 26,8% | 17,2% | 13,5% |
| Emprego público | 14,3% | 10,7% | 8,9% | 5,9% | 4,5% | 2,4% | 1,9% |
| Receita Impostos | 745370,0 | 82214,6 | 14631,5 | 3386,1 | 13381,1 | 508,0 | 231,8 |
| Produtividade da indústria | 115,1 | 48,7 | 26,2 | 12,6 | 6,9 | 5,3 | 4,0 |
| Produtividade global | 47,5 | 21,7 | 14,7 | 11,3 | 8,5 | 5,7 | 4,1 |
| Migrações pendulares (média) | 31536 | 5717 | 1449 | 560 | 324 | 248 | 162 |
| Deslocamento relativo | 11,3% | 8,5% | 5,6% | 4,6% | 3,6% | 2,5% | 1,5% |
| Polarização urbana | 3,26 | 0,99 | 0,03 | -0,9 | -0,14 | -0,17 | -0,18 |

Fonte: Elaboração dos autores com base em IBGE (2000 e 2005).

- A estrutura económica da tipologia espacial construída também é claramente diferenciada, indo de encontro ao perfil esperado. Quanto maior o grau de ruralidade maior a presença da actividade agrícola. Inversamente, a indústria concentra-se de acordo com o grau de urbanização, tendo os serviços (especialmente os serviços públicos) um padrão territorial de localização menos definido, desde logo por razões que têm a ver com o estatuto político-administrativo dos municípios.

- Também ao nível da performance económica os resultados obtidos são bem diferenciados, havendo uma clara correlação positiva entre “produtividade” e grau de urbanização.
- Finalmente, o número absoluto e relativo de pessoas envolvidas em movimentos pendulares, e mesmo o sentido da polarização, também sugerem um modelo de articulação territorial da tipologia espacial definida que vai de encontro ao esperado, isto é, com os espaços de maior densidade urbana a gerarem uma quantidade superior de fluxos territoriais e a estruturarem a organização territorial dos espaços envolventes.

Apresentam-se de seguida alguns detalhes que caracterizam a tipologia elaborada.

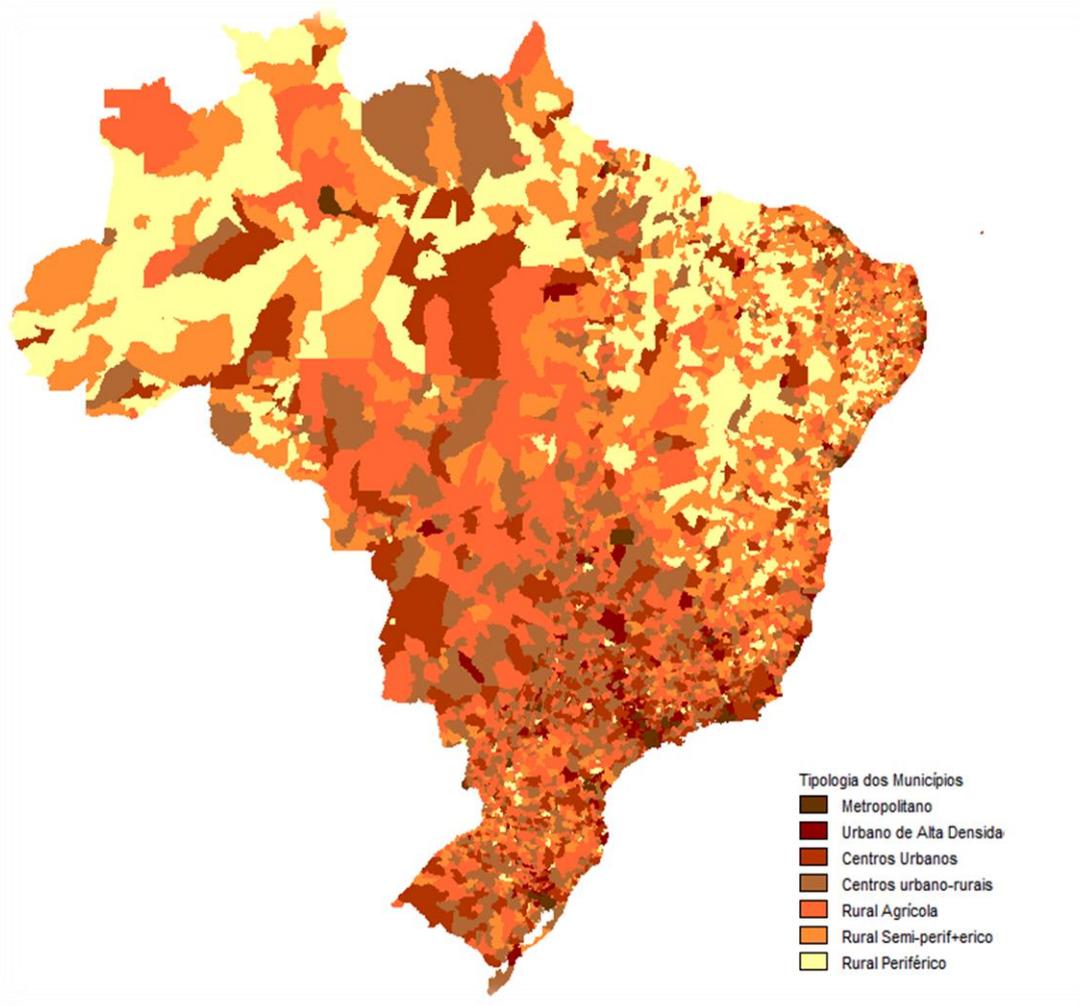
O espaço metropolitano

Desde logo é possível diferenciar os espaços de maior expressão urbana em dois tipos: os espaços metropolitanos; e os espaços urbanos de tipo central.

O espaço metropolitano, como a própria nomenclatura indica, é formado pelos municípios que integram as principais regiões metropolitanas do país. São municípios que apresentam características próprias das áreas metropolitanas, como sejam: elevada densidade demográfica; concentração de serviços especializados; e forte integração territorial, traduzida num elevado fluxo de migrações pendulares entre o núcleo metropolitano e as zonas periféricas. A base económica é constituída pela associação da indústria (que gera em média cerca de 50% do PIB) e os serviços (responsáveis por cerca de 28% da riqueza gerada na economia local). Não obstante, ao nível do mercado de trabalho os papéis invertem-se: nesta tipologia 61% da população activa está ocupada no terciário, enquanto a indústria ocupa “apenas” 34% da mão-de-obra.

Quanto à distribuição geográfica, a Região Sudeste do Brasil concentra 2/3 dos municípios desta tipologia. A sua presença é ainda significativa nas regiões Sul, com 17%, e Nordeste com 11%. Como se pode visualizar no Mapa 1 os municípios “metropolitanos” configuram as principais regiões metropolitanas do País: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador, Curitiba e Belém. Somam-se a estas as novas aglomerações metropolitanas em formação sobretudo na década de 1990, como as Regiões Metropolitanas de Goiânia, Vitória, Natal e Maceió.

Mapa n.º 1 - Distribuição espacial da tipologia elaborada



Espaço Urbano Central

Um outro tipo de urbano é formado por 269 municípios que não fazem parte das regiões metropolitanas mas apresentam um elevado grau de urbanização. Diferenciam-se ainda da categoria anterior por apresentarem menor densidade populacional e um grau de integração territorial também menor. Do ponto de vista económico estes espaços são estruturados pela forte industrialização em articulação com os serviços mercantis, não se diferenciando significativamente da economia metropolitana. Aliás, também a sua localização espacial se associa à dos espaços metropolitanos, com 52% dos centros desta categoria a localizarem-se na região Sudeste e 34% no Sul.

Alguns destes municípios são extensões das regiões metropolitanas, por vezes formando mesmo aglomerações que oficialmente são consideradas metropolitanas. São os casos das capitais de estado como Maceió, São Luís, Teresina, João Pessoa (Nordeste) Campo Grande e Cuiabá (Centro-Oeste), entre outras.

Centros urbanos Regionais

Definindo uma categoria de espaços intermédios ao urbano-metropolitano e ao rural, encontramos quer “centros urbanos regionais” quer espaços “urbano-rurais”.

A categoria dos “centros urbanos regionais” é composta por 535 municípios e compreende tanto algumas cidades médias como centros urbanos de pequena dimensão mas com relevância na organização territorial da região.

Com uma densidade populacional média de 96 habitantes por quilómetro quadrado, estes municípios apresentam uma base económica dominada pelos serviços e pela indústria, havendo um relativo equilíbrio entre os dois sectores.

Registe-se todavia que este é um grupo muito heterogéneo, pois tanto reúne alguns centros de media dimensão, e de considerável importância regional, quanto pequenos centros urbanos cuja área de influência não vai além do território municipal. Muitos destes centros urbanos destacam-se sobretudo pela sua posição na hierarquia administrativa dos Estados respectivos, ao mesmo tempo que se evidenciam como pólos regionais de serviços. A centralidade é nesse caso um factor crítico da articulação territorial, muito embora a sua intensidade seja mais baixa do que nas duas categorias anteriores.

Embora presentes em todas as regiões brasileiras, os centros urbanos regionais seguem o padrão geográfico de localização comum às demais categorias de urbano. A região Sudeste como a mais urbanizada do País concentra 47% dos municípios desta categoria, seguida do Sul com 25% e Nordeste com aproximadamente 17%, enquanto as duas regiões menos urbanizadas, Centro-Oeste e Norte, respondem por 8% e 5% respectivamente. Tal distribuição geográfica confirma o padrão altamente concentrado da urbanização brasileira.

Espaços urbano-rurais

Um número significativo de municípios (1043) integra este grupo, cuja densidade populacional média não chega sequer aos 40 habitantes por km² (37,7). É uma tipologia que tanto reúne pequenos municípios cuja actividade principal é a indústria ou o turismo, como alguns centros com população urbana superior a 50 mil habitantes, mas com uma elevada percentagem de população rural e forte presença do sector agro-pecuário, sobretudo nas principais regiões agrícolas do país. Deste modo, seja pelas características demográficas, pela estrutura económica ou pelo padrão de articulação territorial esta categoria define-se essencialmente pela negativa: não tem uma dinâmica inequivocamente urbana, mas também não apresenta uma característica claramente rural.

Aliás, no que diz respeito à estrutura económica, o sector agro-pecuário é o que apresenta maior peso relativo na composição do PIB e na ocupação, uma vez que contribui com

30% do PIB e 35% do emprego. Um peso equivalente ao do sector de serviços, com 27% e 38% respectivamente.

Atribuímos a este grupo a designação de espaço urbano-rural por muitos deles se localizarem em regiões predominantemente rurais ou agrícolas, apesar de disporem de uma certa textura urbana, normalmente associada à presença da indústria agro-alimentar ou à agricultura capital-intensiva. A maior parte desses casos estão nos estados do Centro-Oeste e Norte, nomeadamente no estado do Mato Grosso e nas zonas conhecidas como de expansão da fronteira agrícola³.

O rural agrícola

Nesta tipologia, composta por 1385 municípios distribuídos por praticamente todas as regiões, mas com maior incidência nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, percebe-se como principal característica o predomínio do sector agro-pecuário na formação do PIB e na oferta de emprego, para além da baixa densidade demográfica e a reduzida dimensão populacional absoluta.

A nomenclatura “espaço rural agrícola” pretende sublinhar que, apesar da presença de outras actividades, estes municípios continuam a ter na agro-pecuária a sua maior fonte de riqueza, representando, em média, 37% do PIB e 48% do emprego. O sector público ocupa a segunda posição no PIB, com 23%, seguido dos serviços com 22%, e com a indústria respondendo apenas por 15%. Quanto a ocupação, o sector de serviços ocupa a segunda posição com 27% da força de trabalho ocupada (a que se juntam 5% nos serviços públicos), e a indústria representa apenas 21%. Fica assim claro que o peso da agricultura é predominante na economia e também na estrutura ocupacional desses municípios.

Do ponto de vista demográfico, estes municípios apresentam baixa densidade populacional e uma diversidade muito grande quanto à sua dimensão populacional.

Distintivo desta tipologia é um certo dinamismo económico associado à modernização da agricultura, iniciada nas décadas de 1960 e 70, reforçada pela intensificação agrícola da década de 1990, configurando o que Domingues (2008) chama de *reprimarização* da economia. Nas regiões Norte e Nordeste, esta tipologia está pouco presente, o que se explica por ordens naturais e históricas. Aqui a menor incidência deve-se ao facto de a maioria dos municípios rurais dessa região estarem localizados no semiárido, o que dificulta a performance económica da agricultura. Nesta área a agricultura mais produtiva circunscreve-se à zona da mata, próxima do litoral, uma zona historicamente ocupada pela cana-de-açúcar cultivada no regime de *plantation*. As restantes áreas da agricultura nordestina só tardiamente foram beneficiadas pela modernização agrícola. Na maior parte do território regional, devido a factores climáticos, as

³ Por expansão da fronteira agrícola entende-se a ocupação de novas áreas para a agricultura, nomeadamente nas regiões Centro-Oeste e Norte.

principais actividades foram a pecuária extensiva e o algodão, complementada por uma agricultura familiar de pouco valor comercial. Não obstante desempenhar na região um importante papel social, a agricultura familiar tem revelado dificuldade em se constituir como actividade economicamente sustentável.

O Rural semi-periférico

A segunda tipologia de espaços rurais, composta por 1331 municípios, é bastante semelhante aos espaços rurais do primeiro tipo. A principal diferença é que nestes espaços a agricultura já não têm a relevância económica detida na tipologia anterior. Nesta tipologia a base económica repousa sobre o sector público, responsável por 35% do PIB, a que se associa o sector agro-pecuário com 32%. Não obstante, 49% do emprego é assegurado pela agricultura, o que denota a reduzida produtividade desta actividade.

O desfasamento entre a percentagem da ocupação agrícola e a reduzida performance económica do sector, revela a dependência da economia local das transferências públicas: salários da administração pública e transferências sociais, como sejam as pensões e reformas. Mais recentemente, tem-se intensificado as transferências de programas sociais de rendimento mínimo, sendo o Programa Bolsa Família, o mais importante.

Quanto à dimensão densidade demográfica e económica, esta tipologia assemelha-se à anterior (bem como ao terceiro tipo de espaços rurais). Apresenta uma baixa densidade demográfica (29 habitantes por quilómetro quadrado) e a população média de 11 mil habitantes. Contudo a maior parte reside em áreas oficialmente definidas como rurais. São também municípios de PIB muito baixo, tanto em termos absolutos como no PIB *per capita*, gerando, naturalmente, um pequeno volume de impostos.

Nestas condições não surpreende que nestes espaços seja normalmente reduzida a interdependência territorial associada aos fluxos pendulares, ao mesmo tempo que se revelam como estruturais as migrações de natureza duradoura, sobretudo para os grandes centros do país.

O rural periférico

O terceiro tipo de espaços rurais, o rural periférico, é formado por 877 municípios de muito baixa densidade populacional (em média apenas 23 hab./Km²).

Partilha com a tipologia anterior a presença socialmente esmagadora da actividade agro-pecuária (responsável por 58% do “emprego”), mas agora uma agricultura ainda menos rentável (19% do PIB), e com uma presença das outras actividades ainda mais débil do que nas anteriores tipologias rurais. Em consequência, a principal característica deste tipo de espaços rurais é a enorme dependência da estrutura de rendimento das famílias relativamente às

transferências públicas, desde logo visível no facto de os serviços públicos representarem, em média, 42% do PIB local. Corresponde também aos espaços onde a produtividade e o rendimento *per capita* são menores, com particular incidência no Norte e Nordeste do país. Esta marginalidade económica surge associada a uma situação de periferização relativamente ao sistema urbano nacional brasileiro, sendo o rural-periférico constituído, de um modo geral, por municípios sem articulação territorial relevante. O que não significa dizer-se que não haja nestes municípios movimento migratório. Geralmente estes municípios estão localizados em zonas tradicionais de emigração, que se tem direccionado para os grandes centros urbanos do País, e, mais recentemente, para as capitais estaduais e para os principais centros urbanos de cada Estado.

Em resumo, a tipologia que definimos representa um avanço relativamente à actual classificação do espaço entre rural e urbano sobretudo nos seguintes aspectos:

- Na adopção da totalidade do município como unidade geográfica. Pese embora a existência nos municípios de um aglomerado populacional que se configura ora como vila ora como cidade (oficialmente “parte urbana”), e de zonas subjacentes tidas como rural, optamos por classificar o município na sua totalidade em conformidade com a sua dinâmica territorial predominante.
- Quando tomamos o município como unidade de análise e o definimos como urbano ou rural, queremos dizer que o que define o seu grau de urbanização ou de ruralidade é a dinâmica, ou a trama social e territorial na qual está inserido. Ou seja, optamos por privilegiar o território e não pela solução simplificadora como é a situação de domicílio.
- Assim, quando se fala em municípios rurais não se está a negar os aspectos urbanos eventualmente encontrados na sua sede, mas realçar que os aspectos de ruralidade predominam e são definidores da sua dinâmica territorial e socioeconómica.
- Da mesma forma, quando se fala de municípios urbanos, o que se está a afirmar é que a sua dinâmica é definida pelo urbano, embora os elementos de ruralidade estejam presentes no seu território. Apenas na tipologia metropolitana e em alguns dos municípios de elevada densidade (espaços urbano-centrais), é que as características rurais escasseiam.
- Relativamente às críticas que os académicos brasileiros têm vindo a fazer ao modelo vigente, os nossos resultados vão de encontro à crítica centrada na dimensão demográfica e no recorte arbitrário de um número de habitantes sem levar em conta as dinâmicas socioeconómicas de cada município, bem como a sua localização regional e articulação territorial nos quais estão inseridos.

6. CONCLUSÃO

A consolidação do processo de globalização acentuou as dinâmicas de periferização dos espaços rurais. Neste contexto exige-se das autoridades públicas uma intervenção decidida que promova o desenvolvimento destes espaços. Tal intervenção deve passar pela adopção de políticas territorialmente referenciadas, que não apenas sejam políticas adequadas à natureza dos problemas que afectam as populações locais, mas igualmente políticas que valorizem o potencial de articulação entre os diferentes tipos de espaços rurais e urbanos.

Com o ensaio que agora se conclui pretendeu-se justamente contribuir para a definição de um referencial territorial ajustado aos desafios da actual geração de *place-based policies* (OCDE, 2011a), tendo em conta de que tais políticas precisam de ser desenhadas de forma ajustada às condições territoriais que lhe servem de objecto e sujeito.

Nessa linha, os resultados do ensaio metodológico-conceptual que realizámos permitem concluir:

- Que a realidade sócio-territorial do "rural" no Brasil é bem superior à que resulta dos critérios oficiais de classificação urbano-rural.
- Que não existe um "rural", mas uma grande diversidade do rural brasileiro, a ter em conta no momento de definir políticas de desenvolvimento territorial. Tal diversidade assenta em diferenças territoriais que decorrem sobretudo do padrão de especialização económica e do grau de perifericidade face ao sistema urbano.
- Que a metodologia que adoptámos é uma via frutuosa para operacionalizar uma classificação alternativa à actualmente utilizada pelas autoridades oficiais. Com efeito, os resultados que obtivemos não só estão ancorados nos ensinamentos da bibliografia internacional de referência, como revelam uma grande razoabilidade ao cotejarmos-os com a realidade, tendo como referência as conclusões dos estudos realizados por outros autores brasileiros (Veiga, 2003, por exemplo). Isto é, a classificação aqui proposta é consistente e coerente, seja com a realidade empírica, seja com as contribuições teóricas mais recentes sobre o tema (em particular com os estudos territoriais europeus, onde esta linha de pesquisa dispõe de longa tradição). Impõe-se aliás sublinhar que a maior parte dos estudiosos brasileiros que têm criticado os critérios oficiais, se limita a propor um patamar numérico para o número de habitantes de uma localidade, ou um limiar de densidade populacional, para classificar uma área como rural ou urbana. O conceito de rural que aqui se adopta vai mais longe e acolhe a complexidade da realidade territorial, sem lhe retirar capacidade operacional do ponto de vista instrumental.

Em termos gerais, a proposta de tipologia urbano-rural aqui apresentada constitui só por si um contributo inovador no panorama bibliográfico brasileiro, onde a avaliação do rural decorre de meros critérios administrativos. Mas o trabalho que agora se apresenta evidencia ainda outro contributo inovador: a metodologia operacionalizada para o caso brasileiro apoia-se numa síntese metodológica das principais tipologias de “rural” e de “urbano” referenciadas pela bibliografia internacional. Deste modo os resultados aqui apresentados têm também o interesse académico de permitirem a comparação da relevância do espaço rural no Brasil e noutros contextos geográficos, requisito metodológico indispensável aos estudos territoriais de desempenho competitivo, ou mesmo à avaliação do sucesso das políticas públicas.

Em síntese, a utilidade analítica e instrumental do trabalho que aqui se apresenta é convergente com as preocupações expressas pela OCDE (2012) quando esta instituição sustenta ser necessário adoptar metodologias que permitam estudos comparativos da performance regional em países diferentes e, por outro lado, servir de suporte territorial às políticas de desenvolvimento.

Obviamente este é apenas um contributo técnico, que, para além de não estar isento de limitações e críticas, não pretende ocupar o papel que cabe às instituições públicas: liderar o processo de governança territorial no seio do qual se equacionam as melhores formas de operacionalizar “no terreno” os desígnios das políticas públicas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. (2004), *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre, UFRGS.
- AYDALOT, Ph. (1980), *Dynamique Spatiale et Développement Inégal*. Paris:Economica.
- Carmo, Renato (2009) A Construção Sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. In. *Sociologias*, n.21, jan/jun 2009, Porto Alegre.
- CHAMPION, T.; Monnesland, J. Vandermotten, C. (1996) “The New Regional Map of Europe”, in *Progress in Planning*, vol.46-1.
- CLOKE, Paul (2007) “Conceptualizing rurality” In Cloke, Paul et al. *Handbook of Rural Studies*, London, Sage.
- DOMINGUES, José Maurício (2008) *Aproximações à América Latina*. RJ: Civilização Brasileira.
- FARIA, Vilmar (1991). “Cinquenta anos de urbanização no Brasil; tendências e perspectivas”. *Novos Estudos* (29): 98-119. São Paulo.
- FERRÃO, João; Lopes, Raul (2003), “Zones rurales et capacité entrepreneuriale au Portugal: pratiques, représentations, politiques”, *Géographie, Économie, Société*, N°5: 139-160.
- FERRÃO, João; Lopes, Raul (2004), “Understanding Peripheral Rural Areas as Contexts for Economic Development”, in Labrianidis, Lois (ed.): *The Future of Europe’s Rural Peripheries*, pp.31-61. Ashgate Publishing.
- FERRÃO, João; Lopes, Raul; Ferreira, F.; Monteiro, H. (2000) “Peripherality and Rurality in Europe”, in Labrianidis, Lois et al. (2000) *The Future of Europe’s Rural Periphery* (FERP), 5th Framework Program Project, WP1. University of Macedonia.
- IBGE (2000), *Censo 2000*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE (2005), *PIB dos Municípios*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- INE-CHILE (2004), *Cidades, Pueblos y Aldeas*. Santiago do Chile: Instituto Nacional de Estatística.

- INE-PORTUGAL (2009) *TIPAU-Tipologia de áreas urbanas, 2009*. Lisboa.
- JOLLIVET, Marcel (1997), «Les metamorphoses d'un rural incertain», in Marcel Jollivet (dir.), *Vers un Rural Postindustrial*, pp. 351-371. Paris, L'Harmattan.
- KAYSER, Bernard (1990), *La Renaissance Rurale*. Paris, Armand Colin.
- KAYSER, Bernard (2000), «L'intégration de la ruralité : les campagnes Françaises au XXI siècle», *Économie Rurale*, vol. 255-56.
- LABRIANIDIS, Lois (ed.) (2004), *The Future of Europe's Rural Peripheries*. Hampshire-UK : Ashgate Publishing.
- LEFEBVRE, Henri, (1974), *La production de L'espace*. Paris, Antropos.
- LOPES, Raul (1998), *Dinâmicas de Competitividade Territorial: Portugal por referência* (PhD thesis). Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- LOPES, Raul (2001), *Competitividade, Inovação e Territórios*. Oeiras: Celta.
- LOWE, P. and Bodiguel, M. (eds) (1990), *Rural Studies in Britain and France*. Pinter: London.
- MARSDEN, Terry (2007) Pathways in the sociology of rural knowledge. In Cloke, Paul et al. *Handbook of Rural Studies*, London, Sage.
- MARSDEN, Terry (et al) (1993) *Constructing the countryside*. London, UCL.
- MATHIEU, N. (1985), « Un nouveau modèle d'analyse des transformations en cours : la diversification-spécialisation de l'espace rural Français », *Economie Rurale*, vol.166.
- MATHIEU, N. (1998), «La notion de Rural et les rapports Ville-Campagne en France » *Économie Rurale*, vol. 247.
- MATHIEU, N. and Jollivet, M. (eds) (1989), *Du rural à l'environnement*. Paris :L'Harmattan.
- OCDE (1993), *What Future for Our Countryside? A Rural Development Policy*. Paris: OCDE.
- OCDE (1994), *The Contribution of Amenities to Rural Development*. Paris: OCDE.
- OCDE (2008), *OECD Rural Policy Reviews: Scotland, UK 2008*. Paris: OCDE.

OCDE (2010), *Regional Typology*. Paris: OCDE.

OCDE (2011a), *OCDE Regional Outlook*. Paris: OCDE.

OECD (2011b), *Rural Policy Reviews: England, United Kingdom 2011*. Paris: OCDE.

OCDE (2012), *Redefining 'Urban': A New Way to Measure Metropolitan Areas*. Paris: OCDE.

OCDE (2014), *Innovation and Modernising th Rural Economy*. Paris: OCDE.

RAMBAUD, P. (1969), *Société Rurale et Urbanisation*. Paris :Seuil.

RODRIGUES, João Freire (2010), *A Relação Urbano-Rural e as transformações em curso nos Espaços Rurais do Rio Grande do Norte* (PhD thesis). Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa.

SIMMEL, Georg (1971[1903]) “The metropolis and mental life” in. Simmel, G. *On Individuality and Social Forms*. Chicago: University of Chicago Press.

TÖNNIES, Ferdinand (1989), [1887], “Comunidade e Sociedade” In Cruz, M. B, (org), *Teorias Sociológicas*. Lisboa: F.C. Gulbenkian.

USDA (2006), *Measuring Rurality: What is Rural?* (www.ers.usda.gov).

VEIGA, José Eli da. (2003), *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo: Autores Associados.

WANDERLEY, Maria de Nazareth (2000), “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo”, in *Agricultura e Sociedade* N.º 15, pp 87-146.

WANDERLEY, Maria de Nazareth (2002), “Urbanização e Ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural- estudo preliminar sobre os pequenos municípios de Pernambuco” in *Internet*, www.nead.gov.br.

WANDERLEY, Maria de Nazareth (2003) “A ruralidade no Basil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural” in *Una nueva ruralidad en América Latina?*.

WEBER, Max (1991), *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB.

WILLIAMS, R. (1973), *The Country and the City*. London:Chatto & Windus.

WINTER, M. (1996), *Rural Politics. Policies for Agriculture, Forestry and the Environment*. London: Routledge.

WIRTH, Louis (1997),[1938], “O urbanismo como modo de vida” In: Fortuna, Carlos (org.) *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta.